

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA BREVE ABORDAGEM DAS POLÍTICAS DE GÊNERO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SUDOESTE BAIANO

Public policies and territorial development: a brief approach to the gender policies of the southwestern Baiano identity territory

Las políticas públicas y desarrollo territorial: una breve descripción de las políticas de género de Territorio Identidad Baiano suroeste

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira¹
Fernanda Viana de Alcantara²

Recebido em julho de 2019. Publicado em outubro de 2019.

Resumo: A presente pesquisa é resultante do trabalho monográfico e teve o intuito de realizar uma análise sobre as políticas públicas de gênero do Território Sudoeste Baiano – TSB. Nos últimos anos, vem acontecendo uma ascensão relevante acerca dessa temática, aspecto inovador na ciência geográfica. A categoria território entra no referido estudo como estratégia de gestão do Estado para amenizar as disparidades sociais existente no Brasil por meio da implementação de políticas públicas com a participação social. O TSB é composto por 24 municípios. Assim como o TSB, os demais Territórios de identidade do estado da Bahia possuem colegiados territoriais formados por representantes de diferentes segmentos dos municípios que compõe os territórios. Os colegiados são caracterizados como espaço de participação social, com a presença de representantes da sociedade civil e do poder público nas discussões das demandas e políticas públicas a serem implementadas pelo Estado. A pesquisa adota como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre a temática das políticas públicas territoriais, gênero, espaço de participação e da categoria território, bem como o trabalho de campo com realização observações de reuniões e entrevistas com a Coordenadora do Colegiado do TSB e da Câmara de Mulheres, onde-se trata das políticas publicas para grupos de minorias estudados: Mulheres e Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTIQ+, também se realizou consultas aos documentos que calçam essas políticas. Destarte, é sabido que a questão de Gênero está inserida nas pautas das discussões do Território Sudoeste Baiano, mas ainda carece de maior debate e análise, visto que por meio do diálogo e desenvolvimento de outras ações torna-se possível amenizar as disparidades sociais, na busca do desenvolvimento, não apenas no que se refere aos econômicos, mas principalmente no que se refere aos aspectos sociais.

Palavras chave: Gênero, Desenvolvimento Territorial, Políticas Públicas, Mulher e LGBTIQ+.

¹ Discente da Pós-Graduação Lato Sensu em Análise do Espaço Geográfico – UESB – BA, lucasaguiar04@hotmail.com

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UESB – BA, falcantara17@hotmail.com

Abstract: *The present research is the result of the monographic work and had the intention to carry out an analysis on the public policies of gender of the Southwest Territory of Bahia - TSB. In recent years, a relevant rise has been taking place on this subject, an innovative aspect in geographic science. The territory category enters this study as a State management strategy to alleviate social disparities in Brazil through the implementation of public policies with social participation. The TSB is composed of 24 municipalities. Like the TSB, the other Territories of identity of the state of Bahia have territorial colleges formed by representatives of different segments of the municipalities that make up the territories. The colleges are characterized as a space for social participation, with the presence of representatives of civil society and public power in the discussions of the demands and public policies to be implemented by the State. The research adopts as methodological procedures the bibliographic survey on the subject of the territorial public policies, gender, space of participation and the territory category, as well as the field work with realization of meetings and interviews with the Coordinator of the TSB Collegiate and of the Chamber of Women, where public policies for minority groups studied are analyzed: Women and Lesbians, Bisexual Gays, Transvestites and Transsexuals - LGBTIQ +, also consultations were made with the documents that fit these policies. Thus, it is well known that the question of gender is included in the guidelines of the discussions in the Southwest Territory of Bahia, but it still needs to be further discussed and analyzed, since through dialogue and development of other actions it becomes possible to alleviate social disparities, development, not only with respect to the economic, but especially with regard to social aspects.*

Keywords: *Gender, Territorial Development, Public Policies, Women and LGBTQ+.*

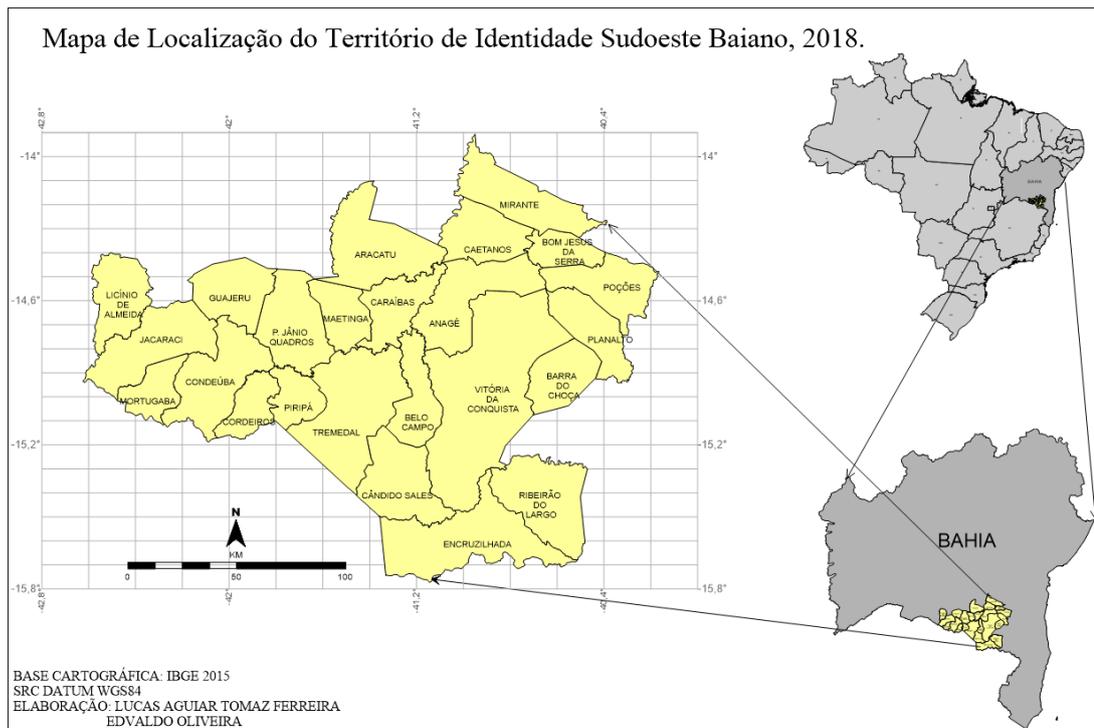
Resumen: *La presente investigación es el resultado del trabajo monográfico y tuvo la intención de llevar a cabo un análisis sobre las políticas públicas de género del Territorio Suroeste de Bahía - TSB. En los últimos años, se ha producido un aumento relevante en este tema, un aspecto innovador en la ciencia geográfica. La categoría de territorio ingresa a este estudio como una estrategia de gestión estatal para aliviar las disparidades sociales en Brasil a través de la implementación de políticas públicas con participación social. El TSB está compuesto por 24 municipios. Al igual que la TSB, los otros territorios de identidad del estado de Bahía tienen colegios territoriales formados por representantes de diferentes segmentos de los municipios que conforman los territorios. Los colegios se caracterizan como un espacio para la participación social, con la presencia de representantes de la sociedad civil y el poder público en las discusiones sobre las demandas y políticas públicas que implementará el Estado. La investigación adopta como procedimientos metodológicos la encuesta bibliográfica sobre el tema de las políticas públicas territoriales, el género, el espacio de participación y la categoría de territorio, así como el trabajo de campo con la realización de reuniones y entrevistas con el Coordinador de la TSB Colegiada y de la Cámara de mujeres, donde se analizan las políticas públicas para los grupos minoritarios estudiados: mujeres y lesbianas, gays bisexuales, travestis y transexuales LGBTIQ+, también se realizaron consultas con los documentos que se ajustan a estas políticas. Por lo tanto, es bien sabido que la cuestión del género está incluida en las pautas de las discusiones en el Territorio Suroeste de Bahía, pero aún debe ser más discutida y analizada, ya que a través del diálogo y el desarrollo de otras acciones es posible aliviar las disparidades sociales. Desarrollo, no solo con respecto a lo económico, sino especialmente con respecto a los aspectos sociales.*

Palabras clave: *Género, Desarrollo Territorial, Políticas Públicas, Mujeres y LGBTQ+.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do trabalho monográfico para conclusão de curso de licenciatura em geografia, o mesmo apresenta caráter inédito e teve o intuito de estudar as relações e a participação social no Território de Identidade Sudoeste Baiano-TSB, o referido território esta localizado na Bahia, é formado por 24 municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (Conferir figura 01).

Figura 01 - Mapa de Localização do Território de Identidade Sudoeste Baiano, 2018.



Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: Ferreira, A. T. L.; Oliveira, E.

O TSB possui uma área de 26.809,99 km² com a população de 698.719 habitantes sendo 345.444 a população masculina e 353.275 a população feminina, segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2018. Logo, pode-se afirmar que a população feminina é dominante dentro do território.

No entanto, por uma questão histórica as mulheres brasileiras ainda não desfrutam em plenitudos seus direitos, conforme exposto na Constituição de 1988, resultando em uma disparidade de gênero. Nota-se que há muitas estratégias, por meio de políticas públicas para reparar essa disparidade, no que diz respeito às mulheres, bem como a comunidade Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgênero, Intersexuais e Queer – LGBTIQ+.

A pesquisa traz uma análise desta temática e trata, em especial, das políticas públicas de gênero no contexto do desenvolvimento territorial, através da compreensão da participação social, no recorte espacial do Território de Identidade do Sudoeste Baiano – TSB. Para tanto são utilizadas as contribuições da Ciência Geografia para refletir sobre a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento social da Mulher e dos LGBTIQ+.

Durante a construção da pesquisa, para alcançar os objetivos propostos, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos. No primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico da temática estudada. Simultaneamente a esse procedimento foi utilizado o recurso da observação. Por meio de acompanhamento das reuniões das plenárias do Colegiado Territorial

do Sudoeste Baiano – TSB para se identificar a participação de mulheres e LGBTQ+ dentro deste espaço de discussão. Além do acompanhamento das plenárias do colegiado, observou-se também as reuniões das câmaras temáticas de juventude e mulheres, todas as pautas e ações foram registradas em caderneta de campo e por meio da fotografia.

Os territórios de identidade têm um colegiado³, com representantes do poder público e da sociedade civil, dentre deste rol de composição para constituição do colegiado territorial, também é formado por organizações existente no território, tais como: Universidades, Associações, Sindicatos, Prefeituras e dentre outras organizações. Para uma melhor articulação dentro de discussões e decisões o colegiado territorial conta com um Núcleo Diretivo – ND, que tem a composição de 50% de cada segmento.

O método dialético, foi essencial para a análise, SPOSITO (2004) mostra a dialética através das inquietações do senso comum que dá-se o futuramente a contradição e chegando por fim a verdade. Nesta direção o trabalho foi desenvolvido no contexto das contradições e aborda os diferentes aspectos e sujeitos que estão envolvidos na problemática da pesquisa.

Abordagem sobre o desenvolvimento territorial/social e políticas públicas.

O espaço geográfico está em constante transformação tanto em seus aspectos físicos quanto humanos, o principal agente transformador deste espaço, é o homem, que o molda, na maioria das vezes, para criar melhoria das condições vida, e cabe a ciência geografica analisar e compreender esses processos. Para a compreensão da dinâmica de transformação do espaço geográfico a geografia utiliza, em especial, cinco principais categorias de análise para fazer a leitura destes acontecimentos e fenômenos, que são estes: o próprio Espaço, o Território, a Região, a Paisagem e o Lugar. O que não anula a existência de outras categorias de análise para estudar os fenômenos no espaço geográfico, a exemplo da obra “Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial” de SOUZA (2013), em que o autor abre um *leque* de categorias que auxiliam no debate e análises da ciência geográfica.

Nesta lógica de raciocínio verifica-se que a Geografia pode estudar diferentes fenômenos sejam eles de cunho natural, social e a relação entre Sociedade *versus* Natureza. A geografia mostra-se necessária não apenas descrever essa relação, e sim, tem o papel de debruçar nas questões sociais existente no espaço geográfico e como expressa Moreira (2015) “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais”, neste sentido o autor expressa que o espaço é um produto social. Pois, o homem tem necessidades fisiológicas que e utiliza a da natureza para

³Colegiados territoriais é um espaço de discussão, onde seu corpo é composto de representação de cada município que compões os territórios, por isso é denominado colegiado. É relevante destacar que essas representações são formadas por organizações da sociedade civil e do poder público, e eles, tem um papel importante para o desenvolvimento dos territórios.

atender essas prioridades. O autor ainda afirma que através do pensamento de Foucault (1979) O espaço geográfico não é um “espaço congelado”, MOREIRA expressa que:

[...] a relação homem-meio não é só movimento temporal, mas movimento dialético de transformação recíproca de conteúdo e forma, equivalentes de tempo e espaço, porque de continuidade e descontinuidade. Esse caráter dialético é o que faz compreender as leis de movimento da relação homem-meio como formação espacial. (MOREIRA, 2015, p. 66)

Pode-se concretizar que por meio do processo dialético entre o espaço e tempo se obtém transformações espaciais em diferentes estágios em várias formas sobre a relação sociedade *versus* natureza. Essas várias relações perpetuam tanto na “primeira natureza” quanto na “segunda natureza”, como afirma SANTOS (2006).

RAFFESTIN (1980 p.143) propõe a desassociação do espaço e território, “Espaço e território não são termos equivalentes” a partir dessa afirmação o autor começa a conceituar a categoria território. RAFFESTIN (1980 p.143) “É essencial compreender bem o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático[...] em qualquer nível.”.

Ainda sobre território Haesbaert afirma:

Um risco que corremos hoje é sobrevalorizar um conceito o de território e transformá-lo num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico (muitas vezes até se confundindo conceitualmente com ele). (HAESBAERT 2010, p. 157)

Há grande contribuição do autor ao afirmar que o espaço tem relação com tudo que é produzido e o território está ligado com a relação de poder. Como se pode observar na seguinte citação de RAFFESTIN:

[...] O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa da relações que envolve, que se inscreve num campo de poder. Produzir uma relação do espaço já uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto de no espaço é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1980, p.144)

Também neste cerne de conceituar do território através das relações humanas, principalmente a importância dele para essas atividades pode-se trazer também a contribuição de SPOSITO:

[...] o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando enfocado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias etc., ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza (SPOSITO, 2004, p. 112-113).

Corrêa (1996, p. 62) por sua vez incorra no conceito de território o caráter político: “O território é a ação social (expressão política) implica a organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns.” Desta forma fica notório que o território não é uma questão a parte do espaço e sim parte dele, onde pode-se observar de melhor maneira a interação do homem com o meio, transformando e moldando esses territórios para sua existência.

Para além dessas contribuições conceituais sobre o território como categoria de análise da Ciência Geográfica, alguns países inclusive o Brasil a partir da década de 1990 adotam o território como unidade de planejamento para execução de políticas públicas essa utilização.

Assim, a partir dessa nova utilização do território PERICO (2009) define território como:

[...] como a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como uma unidade da gestão política que distinguir e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui em uma entidade territorial, como município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir [...]. Logo pode ser a bacia de um rio, a união de organizações [...], um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. (PERICO, 2009, p. 26)

Santos afirma que o território está sempre em que a dinâmica reorganização, e define-o:

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de floresta, de solo, de clima, de escoamento, são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e completa justamente porque ela se dá entre as coisas que chamamos de naturais e as que chamamos de artificiais (1996, p. 75-76).

Acrescentam-se outras contribuições ao conceituar a categoria território, DIAS (2016) em sua obra de dissertação intitulada como: “Território de Identidade e políticas públicas na Bahia: Gênese, resultados, reflexões e desafios” vinculada aos cursos mestrado profissional do programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, afirmar a categoria através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT (2003), neste sentido o território é:

[...] espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultural, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam internamente e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um

ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (DIAS *apud* SDT, 2016, p. 27)

No contexto político-institucional da SDT(2003); PERICO (2009) e DIAS (2016) acrescentam que a identidade se expressa como uma forma de territorialidade que demonstra o sentido de formação política de cada indivíduo e a vontade coletiva somados tem o resultado de nacionalistas, patrióticos, regionalistas, um amor pelo espaço vivido e várias manifestações da força social. O reconhecimento deste pertencimento exportam contribuição positivamente para as estratégias do Estado para o desenvolvimento territorial.

Ainda a respeito da utilização da categoria, para o planejamento e como unidade das políticas públicas, ALCANTARA (2013, p 84/85) afirma que:

Pontua-se que as categorias de estudo da geografia vem sendo utilizadas e direcionadas para o ato de planejar[...], e merece destaque o território. Atos diretamente vinculados à[...] reprodução do homem no espaço, e logo construído temas de investigação recai sobre a perspectiva da análise geográfica. (ALCANTARA, 2013 p. 84/85)

Nesta perspectiva o território abraça a relação sociedade *versus* natureza de forma que nela contém nitidamente a relação de poder, cultural e econômica expressada por Haesbaert (2004).

Para Haesbaert (2010) a utilização da categoria território para implementação de políticas públicas não se restringiu apenas ao estado brasileiro e sim outros países adotaram como forma de ordenamento e planejamento tais como: Portugal, Espanha, França e dentre outros. Vale ressaltar que Portugal tem seu próprio ministério para tratar de assunto relacionado a ordenamento e desenvolvimento denominado de: Ministério do Ambiente, ordenamento e desenvolvimento regional, desta forma Haesbaert (2010, p. 157) “reunindo ao mesmo tempo o “ambiente”, o território e a região, três conceitos geográficos fundamentais”.

Desta forma tem a emersão da discussão sobre o território, e da abordagem territorial que segundo ALCANTARA (2013, p 95) “ o debate acerca da abordagem territorial sugere a retomada de outros debates, como o do planejamento e em particular o desenvolvimento”. Para melhor compreensão sobre a abordagem territorial vale salientar a contribuição de SAQUET:

A abordagem territorial é uma forma de compreensão [...] pode contribuir na superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e idéia/matéria e subsidiar a elaboração de proposta de desenvolvimento, valorizando a relações sociais entre os sujeitos. (SAQUET, 2010, p.177)

No Brasil a ação desenvolvida na perspectiva da política de desenvolvimento territorial vem ganhando a atenção dos estudiosos das diferentes áreas do conhecimento e também das esferas do poder destaca-se o poder municipal, pois, o planejamento ficou mais abrangente, ao

atender o maior número de pessoas possíveis. Especialmente por tratar das questões relacionadas a criação dos chamados espaços de participação.

O planejamento através da perspectiva territorial tem como intuito a participação social dos indivíduos existente no território, assim um espaço para discutir e planejar políticas públicas para todas as esferas tais como: sociais, econômicas, ambientais dentre outras. Nesse sentido Dias (2016) expressa:

O objetivo primordial da SDT seria, sua concepção, dar sustentação a um processo em que a preocupação social se entregaria às questões econômicas, onde a distribuição da renda e ganhos sociais pudessem adquirir uma dinâmica comum. portanto, o desenvolvimento territorial/local se processaria por meio da mobilização dos fatores econômicos (recursos naturais, infraestrutura, tecnologia), sociais (identidade cultural e desenvolvimento comunitário, principalmente) e políticos/institucionais (participação, parcerias e cooperação). (DIAS, 2016 p. 27).

Observa-se que há uma necessidade de reconhecimento dos diferentes lugares e de suas particularidades no processo implementação de ações de intervenção. Foram criados como mecanismo ou espaço para promover a participação nas políticas pública os territórios de identidade, que agrupam municípios por possui uma semelhança que percorrer por várias categorias, pode-se destacar: 1- a vegetação; 2- cultura; 3- semelhança na etnia; 4- a economia, semelhantes entre os municípios.

O Estado da Bahia foi um dos pioneiros a articular sua política pública na abordagem do desenvolvimento territorial, com a constituição dos seus Territórios de Identidade. Como afirma FERREIRA (2017 p.3) "[...] foi adotada no Brasil a política de desenvolvimento territorial , neste cerne o estado da Bahia é um dos pioneiros neste processo , pois dividiu o em 27 territórios, sendo montado a partir de suas especificidades, este que detinha a função de polo onde se concentrava a maior economia." Neste contexto destaca-se o Território de Identidade Sudoeste Baiano – TSB que possui câmaras temáticas de discussão sobre: Juventude, Cultura, Inclusão Produtiva e Mulheres.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: análise da política de gênero

No contexto da necessidade de promover a participação social conforme previsto desde 1988 pela Constituição Federal, na Bahia, os colegiados seguem uma forma de gestão estabelecida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, que prevê a composição de câmaras temáticas com propósito de gerar os espaços de discussão conforme tema gerador.

Muitos territórios baianos possuem câmara temática que aborda a questão de gênero, em alguns recebem a nomenclatura de Câmara Temática de Mulheres - CTM, que tem como objetivo buscar traçar mecanismos para que exista maior participação social das mulheres nos

espaços de discussão no território. Nesta direção, é sabido que gênero não se limita somente a questão física sexual vai muito além se tornando de forma subjetiva conforme BUTLEI (1990). Esse debate de gênero acontece também em outros cenários do desenvolvimento territorial, destacam-se as contribuições dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDETs⁴ em muitos territórios do Brasil. Dentre as metas de trabalho dos NEDETs estava presente a Assessoria a Gestão Social e a Mulheres, o desenvolvimento das atividades pelos núcleos proporcionaram a organização de grupo de mulheres, a formação de câmaras temáticas, a realização de eventos dentre outras ações. As referidas ações revelam a importância das políticas de gênero. Neste sentido, Ferreira et al (2017) afirma:

[...] por meio das políticas territoriais a mulher passa adquirir mais autonomia, no momento que se insere neste contexto passa constituir uma nova territorialidade, pois suas relações sociais estabelecem uma luta pelos seus direitos, traz consigo uma carga social, além do resgate histórico em meio às desigualdades de gênero. Desta maneira, em relação ao território visa destacar que a mulher traz consigo uma dimensão simbólica de pertencimento com lugar vivência, diante disso são construídas as relações sociais por meio do espaço vivido onde são estruturadas as relações de poder, trabalho entre outras. (FERREIRA ET AL, 2017, p.3)

Faz-se necessidade o debate sobre Gênero, em especial no contexto do desenvolvimento territorial, e conseqüentemente dentro da perspectiva da ciência geográfica. Uma vez que compreender a inserção e participação da mulher e dos LGBTIQ+ torna-se tema de interesse da geografia, visto que este debate pode ser concebido como um fenômeno social.

Verifica-se que conquistas foram alcançadas pelas mulheres, e, os LGBTIQ+ por sua vez também se inserem neste contexto, as conquistas dizem respeito ao cenário de reparo social; e que ainda estão em processo de construção.

A comunidade acadêmica por sua vez deve contribuir para que a implementação de políticas públicas possam atender as particularidades destes grupos, no sentido de gerar um desenvolvimento em suas diferentes dimensões, conforme afirma SEN (2000) em sua obra: Desenvolvimento com Liberdade que aborda que o desenvolvimento muito além do acúmulo de riquezas e do crescimento econômicos entrelaçado a renda.

Sendo assim o que é a liberdade em relação ao desenvolvimento Segundo SEN (2010) é:

As liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os sérvios de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões de

⁴O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET atua em todo país por meio da parceria entre Universidades, Institutos Federais de Educação, MDA/SDT e CNPq, está presente nas 27 unidades federativa da União, atendendo a 186 territórios. As equipes NEDET se tornaram referência no apoio ao fortalecimento dos Colegiados e da Política Territorial, promovendo uma mudança nos cenários locais, dinamizando esses espaços por meio do estímulo a pluralidade e participação social.

averiguações de públicas). De forma análoga, a industrialização, o processo tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. (SEN, 2000, p 18)

Neste sentido, é necessário dissociar o desenvolvimento e o crescimento econômico. Segundo o autor este substantivo ganha novos conceitos. Ao abordar os aspectos sociais, na concepção de Sen, entende-se que as ações e leitura das políticas públicas de gênero se enquadram neste contexto. Uma vez que estas políticas apresentam elementos capazes de amenizar as disparidades sociais relacionadas a gênero no Brasil.

A Política de Gênero no TSB: breve contextualização

O território de Identidade Sudoeste Baiano vem se preocupando com a participação da mulher em diversas esferas da sociedade, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. Essa movimentação ocorreu por meio do movimento das mulheres residentes nas áreas rurais e também pelo quantitativo da presença feminina na composição o TSB. O fragmento da entrevista com atual coordenadora do CODETER do TSB revela sua dinâmica de funcionamento:

Colegiado ele tem várias ações para desenvolver a dinâmica de funcionamento, no núcleo diretivo é um órgão que organiza o colegiado que faz o planejamento de reunião e organiza as reuniões e a partir daí a gente tem dentro do colegiado todas as entidades, prefeituras, conselhos.... dos 24 municípios, então dessa vez a gente tentou envolver todos os órgãos para que a gente pudesse de uma forma assim mais dinâmica e que a gente pudesse ampliar mais a participação das pessoas (Coordenadora do TSB, 2018)

E ele se insere na sociedade desta forma:

Discutindo as políticas públicas, discutindo todas as questões do território, sobretudo da sociedade, discutidos os movimentos sociais procurando buscar aquilo que vem melhorar a vida da população através dos movimentos e das entidades existentes no território. (Coordenadora do TSB, 2018)

Então é através das diversidades existentes no território que se traçam os planejamentos para execução de política pública de forma que consiga impactar todos os municípios que compõem o TSB. Assim expressa a coordenadora quando diz:

A política de desenvolvimento territorial é um grupo de pessoas que tem o objetivo de buscar o desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial. Hoje nós temos 24 municípios que nesse território, quando a gente pensa na política territorial a gente pensa em uma política para os 24, não pende mais para um lado ou para outro, mas que a gente possa atingir os 24 municípios. A preocupação é desenvolver todos, para que possa dessa forma ser realmente territorial. (Coordenadora do TSB, 2018)

Ao se falar no processo de participação, foi questionado sobre a participação e discussão de gênero no território a coordenadora expõe que essa é uma preocupação do CODETER. E a

mesma em entrevista apresenta seu entendimento a respeito da concepção de gênero e da abordagem da temática na perspectiva territorial.

Gênero é toda as diferenças. Hoje a gente vive em uma sociedade diferente, onde precisa haver um respeito nessa questão de gênero, do ser diferente, uma tolerância e eu acho que é um tema que precisa ser mais discutido dentro do próprio território, na própria sociedade. Porque a gente ver uma dificuldade enorme quando parte para discussão de gênero. E eu acho que o momento agora precisa ser aprofundado mais essa discussão dentro do próprio território.(Coordenadora do TSB, 2018)

Frente aos desafios colocados pela coordenadora, o trabalho do CODETER no TSB, tem como foco, proporcionar voz/participação social para esses sujeitos do colegiado e das câmaras temáticas. Quando se faz a indagação de que forma o TSB trabalha com o temática de gênero, ela diz: “Hoje precisa se ampliar essa discussão dentro do próprio território, hoje temos câmara temática de juventude que busca viabilizar essa questão, mas a câmara de mulheres vem provocando um pouco mais intensa essa discussão.”E continua a falar dos espaços de participação para se discutir gênero, e afirma que os mesmos estão sendo ampliados, por meio da formação dos comitês de mulheres no TSB : “Nas câmaras, nos comitês que a partir desses comitês serão formados os conselhos e no momento são esses, porém pretende-se ampliar essa organização por meio de conferências”. Ao perguntar como se dá a organização da câmara de mulheres do TSB ela diz:

A câmara temática de mulheres, ela funciona aqui em Conquista as reuniões acontecem aqui, mas tem representantes de vários municípios, o número de pessoas de participação está entre 20 e 30 participantes e os comitês são formados nos municípios, aí tem o número maior. Cada município está tentando formar, já tem municípios têm formado, aí quando forma tem entre 20 a 30. (Coordenadora do TSB, 2018)

Os fatos revelam que existe um trabalho de discussão da pauta sobre gênero, embora ainda seja frequente o questionamento: Quais são efetivamente as políticas públicas de gênero existente no TSB:

São algumas, hoje está tendo a delegacia da mulher, inclusive, já tem trabalho realizado em conquista. Ainda precisa expandir para outros municípios do território. Além da delegacia das mulheres temos também, a formação dos comitês das mulheres nos municípios do território. Temos o PRONAF MULHER, porém não em todo território. Necessita de abrir o leque de discussões e políticas sobre gênero. o que eu tenho conhecimento são essas.(Coordenadora do TSB, 2018)

Registra-se algumas ações, ao mesmo tempo em que verifica-se a necessita de maior inserção das políticas públicas de gênero, e também aquelas voltadas para as comunidades LGBTIQ+. Ainda sobre as ações neste sentido, foi questionado sobre os eventos com essa temática no TSB:

Já teve um evento aqui no território, aqui em Vitória da Conquista, onde teve a participação da delegada fazendo a discussão em relação a violência da mulher, em alguns municípios também se teve o evento discutindo a lei maria da pena, que foi realizado em cordeiros, então por enquanto, só foram essas as discussões que tenho conhecimento. (Coordenadora do TSB, 2018)

Vale salientar que o I Encontro Territorial de Mulheres do TSB, citado nesta narrativa, foi realizado e promovido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial –NEDET. Ao passo que o Encontro de Mulheres em Cordeiro - Município que faz parte do Polo de Condeúba - foi promovido pelo Comitê Municipal.

A respeito do conhecimento da legislação voltada para Gênero, verificou-se que: “Tema lei, mas assim, o território, a câmara, os comitês ainda não buscou essa discussão, eu acho que algo para se esta refletindo, está buscando a partir de uma estrutura dessas câmaras.” Observa-se a ausência de um aprofundamento a respeito das leis.

Verifica-se nas narrativas a preocupação e a necessidade de proposições que avancem a discussão e implementação de ações direcionadas as questões de Gênero no TSB, quanto planejamento nesta direção:

Difícil essa pergunta (risos), mas vamos lá! Hoje o PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E SOLIDARIO – PTDRSS do nosso território tem essa discussão de empoderamento através de conferências, como oficinas como formação dos próprios conselhos então tem dentro do plano e vamos seguir. (Coordenadora do TSB, 2018)

Registra-se a existência de um plano norteador de desenvolvimento do território, como define no eixo de Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica (PTDRSS 2016, p. 20): “Falta de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento sustentável, considerando os segmentos de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros.”. Também as formas de implementar essas políticas públicas com objetivos, estratégias, metas e prazos:

Objetivo 2 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania.

Estratégia 2.3 Estabelecer maior empenho ampliando os investimentos de implementação das leis que tornam obrigatórios os conteúdos da grade curricular, a exemplo da lei 10.639/2003 e da lei 11.769/2011, considerando a necessidade de elaboração do Plano Estadual Para Aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais

Meta: 2.3.1 Implementar 100% , nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades no período de 4 anos (PTDRSS, 2016, p. 36)

E continua:

Objetivo 5 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas para a inclusão, diversidade, cidadania e direitos humanos.

Estratégias 5.2 Desenvolvimento de projetos e ações que garantam o desenvolvimento e protagonismo da juventude

Metas 5.2.3 Criação e efetivação de uma (01) Rede Territorial de Direitos Humanos, tendo como foco principal o debate acerca das especificidades de juventudes tradicionais, LGBT's e do campo. (PTDRSS, 2016, p. 39)

E ainda descreve:

Objetivo 5 Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas para a inclusão, diversidade, cidadania e direitos humanos.

Estratégias 5.3 Desenvolvimento de projetos e ações para mulheres, gênero e diversidade

Metas 5.3.1 Ampliar em 100% a participação das mulheres e dos jovens nos espaços de participação social no período de 8 anos. (PTDRSS, 2016, p. 39).

Há um documento, o PTDRSS, um registro de planejamento para o desenvolvimento de ações, e que no Plano maior o PPA-P há a meta Temas Estratégicos do PPA-P Estadual: XI. Mulheres, gênero e diversidade.

As ações do PDTRSS devem ganhar força em 2019, ainda que as dificuldades e políticas que englobam a temática estejam frágeis, toda as indicações é para a necessidade de trazer a temática como demanda da Plenária do Colegiado Territorial.

Processo de Formação e Funcionamento da Câmara de Gênero no TSB

Para melhor funcionamento do Colegiado Territorial do Sudoeste Baiano foi criado espaços para discussões, articulação e planejamentos das políticas públicas no TSB. Então esse respectivo território conta com quatro câmaras temáticas: 1) Inclusão Produtiva - que trata de assuntos ligados à produção, sobretudo, a produção agrícola. -; 2) Cultura - que vai abarcar as questões culturais existente, pois, o TSB é um celeiro de artistas. -; 3) Juventude - o Território um índice de população de jovem expressiva e eles carecem de políticas públicas que possam atender suas necessidades tanto no rural quanto no urbano. - e 3) Mulheres - o espaço relacionado a discutir gênero no território, visto que o TSB possui mais de 50% da sua população é feminina isso dados do último censo do IBGE (2010) e último levantamento feito pela SEI (2015) para traçar os perfis do Território de Identidade da Bahia.

Mediante entrevista com a Coordenadora da Câmara de Mulheres do Território de Identidade Sudoeste Baiano - CCMTSB, também se perguntou a existência do grupo, de como está organizado e qual o intuito do mesmo. Ela diz:

Eu me chamo [...] ocupo o cargo de Coordenadora da Câmara temática de Mulheres do Território Sudoeste Baiano e estou neste há menos de 6 meses, o cargo é indicação através da FETAG Fundação de Trabalhadores da Agricultura do estado da Bahia, que ocupamos esse espaço, instituição componente do território, o grupo existe desde 2015 (Câmara), quando nós nos reunimos com todo o território de identidade, os 24 municípios, tendo em vista que neste grupo de municípios a câmara atua em 24 municípios. A Organização deste grupo se dá pelas as mulheres quem vem pela representatividade da sociedade civil e poder público, alguns dirigentes sindicais, alguns de espaços institucionais e algumas também como representantes políticas. O Objetivo é

trazer, planejar e fortalecer as políticas pública voltadas as mulheres de todos os segmentos, como acabei de falar a pouco instante, tanto as mulheres urbanas quanto as mulheres rurais. As mulheres que fortalece a agricultura familiar, o desenvolvimento rural, as mulheres ligadas à economia solidária. (CCMTSB, 2018)

Trata-se de um grupo que tenta atender a diversidade do território, são 24 municípios para desenvolver ações. Ao se pensar neste coletivo de mulheres, logo vem a indagação: este grupo é ligado ao poder público ou é uma organização filantrópica? Então a CCMTSB diz “A legalização do Grupo se a representatividade que ele tem dá através da participação social do território, ele é vinculado ao governo do estado.”

Esse coletivo é mais uma das estratégias do estado para implementar as políticas públicas por meio da participação social dos agentes sociais. Segundo a Coordenadora ela não tem conhecimento do regimento interno do grupo, pois assumiu há pouco tempo o cargo: “O regimento deste grupo eu ainda estou verificando, acompanhando se tem o regimento interno específico para as atividades deste grupo. Assumi tem apenas seis meses a coordenação.”

Trata-se de um espaço democrático que dá o direito de fala a todos os componentes, a CCMTSB entra em contradição, pois anteriormente ela diz que o grupo é vinculado ao governo do estado quando se questiona se o grupo é uma ONG:

Não é poder publico nem ONG. Ele é constituído pela sociedade civil e poder público, constituído pelos os dois. É um espaço democrático é um espaço onde tem a participação de todas as pessoas, todos têm voz ativa onde a gente discute a implementação de política pública. Que vem beneficiar todos os segmentos, mulheres e homens, a nível territorial e como é um espaço de mulher as políticas específicas de mulheres. (CCMTSB, 2018)

A câmara hoje possui 30 mulheres de quase todos os municípios que compõe o TSB, é um número relativamente expressivo. Pois sabe-se que poucas pessoas conseguem dedicar seu tempo às atividades que não terão retorno financeiro.

Também se pergunta como é feita a seleção destas pessoas ela diz: “Para participar da câmara temática de mulheres tem que fazer parte do colegiado territorial, a instituição ou entidade faz um encaminhamento com ofício indicando o titular e o suplente.”Ao ser questionada como funciona a eleição da coordenação da câmara ela explica:

É justamente esse, para está no grupo é feita uma eleição, onde são eleitos os representantes desta câmara temática, Nós temos a representante da Coordenação, temos a secretária geral e criamos também suplentes para esses cargos para que não fique nenhum cargo em vacância e que a participação seja ampla em todo grupo de mulheres.(CCMTSB, 2018)

Também pode observar a importância destes eventos para o processo de empoderamento destas mulheres. Como pode observar no comentário a respeito do Encontro e da Câmara é a criação de comitê de mulheres:

Nós já tivemos o primeiro encontro territorial de mulheres, em alguns municípios foram criados os comitês de mulheres nos municípios, tivemos esse ano salve engano, o mês de agosto, o encontro de mulheres também em cordeiros onde se teve mais de 200 mulheres que participaram desse encontro. Nele foi discutido várias temáticas sobre a vida social das mulheres e a partir deles o empoderamento para criação dos comitês e futuramente o conselho municipal (CCMTSB, 2018)

Existem planejamentos da Câmara para promoção de mais eventos criação dos Comitês e Conselhos Municipais de Mulheres na como pode observar narrativa da coordenadora:

Temos um número bom, mas precisamos ampliar mais a participação dos números de mulheres. A intenção agora em 2019 é constitui comitês de mulheres em todos os municípios do território do sudoeste. Comitê de mulheres para poder construir o conselho municipal da mulher. Vamos está dialogando com as prefeituras, com os representantes do poder executivo e legislativo para ta ampliando essas políticas que dizem respeito para a vida social das mulheres.(CCMTSB, 2018)

O TSB é um território diverso, sabe-se que cidades que e uma das cidades que compõe é, Vitória da Conquista, é uma das cidades que mais mata LGBTIQ+ na Bahia, esses dados foram coletados pela Coordenação de Proteção e Amparo aos Direitos do LGBTIQ+ de Vitória da Conquista/BA, então para êxito desta pesquisa foi questionado o entendimento de gênero da coordenadora da câmara ela expõe.

Gênero é o que diferencia homem e mulheres, diferencia masculino do feminino. E hoje é um tema muito discutido em nossa sociedade, essa questão do gênero. Há pessoas que pensam diferentes, há pessoas que tenta criar polêmica com a questão de gênero. (CCMTSB, 2018)

E continuar a falar do seu entendimento sobre Gênero:

Ah!! Definir gênero.... Isso vai muito além, muito além mesmo. Definir gênero e sexualidade. É uma questão ampla que tem que se faz necessário a ser discutido em todos os espaços do território e fora dele. (CCMTSB, 2018)

Logo após essa definição foi feito um levantamento dos desafios que apresentados no desenvolvimento de ações da Câmara, observa-se que são vários, mas o maior desafio ainda está vinculado ao formato da sociedade brasileira ser construída nos moldes do patriarcado, do machismo:

Nós vivemos em um mundo muito machista, misógino, homofóbico e patriarcal, e nós mulheres, estamos aqui para ocupar todos os espaços. E muitas vezes quando nós discutimos as políticas para as mulheres, políticas sobre gêneros, encontramos algumas barreiras, principalmente no que diz espaço de poder, então nós temos lutado de para combater o machismo diariamente. E assim, nosso papel enquanto câmara temática de mulheres é tentar ocupar

todos os espaços fazer com que as mulheres entendam sua posição na sociedade e que as pessoas respeitem Essa posição na sociedade, e que, respeitem as mulheres no lugar onde elas estiverem. A sua opção de ser mulher hetero, a sua opção de ser mulher lesbica, mulher trans, enfim.... Tudo isso é tido como de referência para o grupo, seja no espaço de poder quando ta vida profissional e pessoal. Tentar desmistificar essa questão de gênero (CCMTSB, 2018)

Apesar desses desafios, registra-se também avanços conforme expressa a CCMTSB:

O avanço maior é ter levado o conhecimento, o empoderamento, de está dialogando. A maior parte de nosso trabalho enquanto território, sobretudo, câmara temática é feito, posso dizer com 70 por cento de mulheres ligada a zona rural ao campo. E assim as mulheres do campo, muitas vezes, não têm oportunidades de está nos espaços de discussão, seminários, conferências, de ter esse nível de conhecimento. Então você levar esse conhecimento para ela, você empoderar essas mulheres, qualificar essas mulheres para que elas se sintam a vontade de ocupar todos os espaços, que elas se sintam bem para discutir para falar onde chegar e principalmente que lute para garantir os seus direitos isso para a gente é prioridade. (CCMTSB, 2018)

Ela também relata sobre o acesso às políticas públicas, que precisa da colaboração e união das mulheres e usa um verso do movimento feminista sobre a força da união das mulheres:

Hoje, assim, diante do que nós queremos da câmara temática a visibilidade ainda é pouca, mas agora que assumimos essa questão da coordenação, nós queremos ampliar não só como coordenação, mas todas que fazem parte desse conjunto, desse coletivo de mulheres. Precisa ampliar para que chegue nos municípios também para que fortaleça porque tem aquela música: “companheira me ajude eu não consigo andar só. Sozinha eu ando bem, mas com você ando melhor.”. Se todas mulheres, digo todas: cis, trans, lésbicas enfim, nossa luta terá mais visibilidade (CCMTSB, 2018)

Com a apresentação do verso da música do movimento feminista houve uma indagação⁵ o porquê a câmara de gênero é denominada como câmara de mulheres e não se faz a discussão de políticas públicas da comunidade LGBTIQ+, ela responde:

A realidade é que as pessoas que coordenaram o TSB infelizmente não tinha essa visão. Infelizmente é uma realidade. Eu enquanto Mulher, Mulher negra, periférica ligada aos movimentos sociais e também ligada ao movimento LGBT acho surpreendente, interessante e necessário e por sinal neste encontro do dia 31 de outubro vai ser uma das pautas de nossa fala a criação desta câmara ou até incorporar a discussão na nossa. Que agregue essa discussão, seria essa câmara coletiva com mulheres ou uma câmara específica. Não podemos definir isso só, mas com o encontro com o território no todo é importante indagar essa discussão. E meu voto é que tenha uma câmara para o movimento LGBT, melhor LGBTIQ+. (CCMTSB, 2018)

Ela continuar a falar sobre a importância de incluir as minorias na discussão do desenvolvimento territorial e a existências de entidades específicas no poder público de Vitória da

⁵ O Movimento LBGITQ+ é movimento que nasceu dos movimentos das feministas e até os dias de hoje há uma ligação desde dos dois grupos.

Conquista e ainda firma um compromisso de levar a discussão para plenária do Colegiado Territorial do TSB:

[...] é importante essas entidades compor o território: a coordenação LGBTIQ+, a Coordenação de igualdade racial a Coordenação de proteção à Mulher. Mediante os dados expostos. Nosso país é o 5º país que mais mata mulheres, a Bahia tem o índice enorme não só mulheres mas LGBTs também. Agora quero firmar meu compromisso para esta levando essa questão para a discussão no colegiado dia 31 de outubro. (CCMTSB, 2018)

A preocupação para incorporar o debate de outros gêneros dentro da realidade do TSB, visto que os LGBTIQ+ sempre estiveram em latência, realidade não exclusiva deste território, mas de outros do Brasil, foi se perguntou sobre a perspectiva para o futuro, assim como a Coordenação do Colegiado Territorial, ela temer a realização, discussão e de políticas públicas para minorias.

Tentar construir uma participação ampla e massifica de mulheres, eu acho que, quanto maior o número de mulheres neste coletivo territorial a gente pode ampliar essas discussões de políticas públicas, em geral, onde entra a questão e de gênero, saúde, educação. Ter mais espaço qualificação profissional empoderamento, mas poder para as mulheres. Então assim, ampliar essa participação, tratar uma agenda semestral que não fique só em um município, mas que podemos percorrer em outras cidades levando esse grupo e conhecer outras realidades dessas mulheres, tanto na questão econômica local nos municípios quanto a participação delas na política local, tudo isso. Sei que será um ano difícil, se vir o que tememos, mas continuemos a lutar, resistir!(CCMTSB, 2018)

Nesse quadro de incertezas, conseguiram-se avanços para incluir a mulher na sociedade com igualdade de gênero, na luta para o LGBTIQ+ ainda não se conquistou muitas coisas, pois está em processo de construção dentro da abordagem territorial, mas não pode parar tem que continuar, resistir e lutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer considerações desta pesquisa não é algo tão simples, uma pesquisa ampla que aborda três eixos delicados: Política de Desenvolvimento territorial, Mulheres e LGBTIQ+. Constituído de sujeitos que são poucos estudos pela Ciência Geográfica.

Ao analisar a política de desenvolvimento territorial entende-se que apesar de toda movimentação dos agentes sociais, das entidades vinculadas ao poder público e entidades organizadas da sociedade civil, ainda é difícil articular todos estes grupos. Assim como LEITE (2008) e ALCANTARA (2013) expressam o Colegiado territorial é um espaço de conflitos de interesses, e que há também uma rotatividade de instituição de composição dos CODETER, há

uma alternância de poder – no sentido da coordenação- para que todos os segmentos que compõe esse órgão sejam contemplados.

Ao se tratar das Políticas Públicas relacionada às mulheres do TSB verifica-se que dentro do colegiado territorial e câmara de mulheres que há uma movimentação e ações já implementada, já é um considerável avanço, mas ainda é pouco, e se faz necessário que atuação seja mais abrangente, no sentido, que a reunião da câmara de Mulheres seja itinerante, sendo sediada por vários municípios do TSB, pois assim, ganha mais visibilidade no território.

Ao analisar a quantidade de políticas públicas voltada à comunidade LGBTQ+, observa-se que é inexistente dentro da abordagem territorial, não há discussões dentro das reuniões do CODETER e nem das reuniões da câmara de mulheres mostra-se que há certo descuido desta população, pois, há índices altos de LGBTQfobia e LGBTQcídios em municípios que compõe o Território de Identidade Sudoeste Baiano.

Vitória da Conquista é uma das cidades matam LGBTQ+ no estado da Bahia, Segundo a Coordenação de LGBT de Vitória da Conquista, 2018. E isso se faz necessário abrir espaços de discussões e planejamento de ações dentro do CODETER e quiçá criação de uma câmara temática para tratar destes assuntos específicos, pois a LGBTQfobia e LGBTQcídios é presente em diversos outros municípios do TSB como exemplo: Poções, Condeúba e Anagé.

Deste modo, há um grande desafio para serem superados, há muita coisa pra ser conquistada, muitos direitos, mas para que isso se torne realidade é necessário que o movimento de mulheres e LGBTQ+ se agreguem ao Colegiado, participem das discussões e ocupem os espaços de participação, pois, ainda se houve uma presença desta entidade, principalmente a de LGBTQ. Para que a luta para a conquista de direitos e proteção sejam realmente o mecanismo êxito para essas conquistas.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Fernanda Viana de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Londres. Routledge. 1990.

CORREIA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo, SP: Ática, 1995.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 1 edição, Hucitec, São Paulo/SP, 1992.

DIAS, Wilson. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gênese, resultados, reflexões e desafios**. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana/BA, 2016.

FERREIRA, L. A. F.; ANDRADE, D. de S.; FROIS, G. P.; ALCANTARA, F. V. A **Contribuição Do Núcleo De Extensão Em Desenvolvimento Territorial - Nedet Para Fortalecimento da Participação Social das Mulheres No Território De Identidade Sudoeste Baiano**. In: IV Simpósio regional em Desenvolvimento Rural: efetivação das políticas publica no Nordeste, UFS. São Cristóvão– SE, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, Agrino Souza Coelho; SANTOS, Ednusia M. Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da.(ORG's). **Geografia dos movimentos sociais**. 1 edição, UEFS editora, Feira de Santana/BA. 2010.

LEITE, S.P.; KATOS, K.; KIMMERNANN. S.; Gestão social: Reflexões e Proposições in: **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v 10, 2009. P 95-146.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**. 2ª edição, São Paulo. Editora Contexto, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção**. 4 ed. Hucitec, São Paulo/SP, 2006.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. 1ed. Brasília, IICA 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e concepções de território**. 2ª Ed. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**. 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SPÓSITO, E. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Superintendências de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI, 2013. Disponível em: <http://azimute.sei.ba.gov.br/pesquisa_pre/fluxo.jhtml> Acesso em: 01 ABR 2018 às 15h46min.

_____. **Perfil dos Territórios de Identidade**. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1). Salvador: SEI, 2015.